

Emendas alteram educação e emancipação

• BRASÍLIA. Com a promulgação de duas emendas constitucionais, o Congresso entrou ontem em recesso branco, que só acabará após o primeiro turno das eleições municipais. Foram promulgadas a emenda que prioriza a aplicação dos recursos da educação no ensino fundamental e a

que dificulta a criação de municípios. A emenda da educação garante investimentos de R\$ 12 bilhões anuais no ensino fundamental. De acordo com a emenda, 15% dos recursos arrecadados pelos estados e municípios serão destinados ao Primeiro Grau.

Com a emenda, a distribuição

dos recursos será feita de acordo com o número de alunos, abandonando-se os critérios de arrecadação e população. Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a mudança vai garantir investimento mínimo anual de R\$ 300 por aluno. O Governo será responsável pela complementa-

ção nos estados em que não for atingido esse limite mínimo.

Outro impacto da emenda será no salário dos professores. Ago-

ra, 60% dos recursos vinculados à educação de Primeiro Grau terão que ser gastos nos salários dos professores. O objetivo do Governo é chegar à média salarial de R\$ 300 pela jornada de 20 horas.

A segunda emenda estabelece que será preciso ouvir, em plebiscito, a população do município cujo distrito quer se emancipar. Além disso, haverá prazos para incorporação, fusão ou desmembramento de municípios, que se- rá feita por lei complementar. ■